DOI 10.5335/hdtv.23n.3.15231

HISTÓRIA
debates e tendências

UPF
PPGH - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

e-ISSN 2238-8885

JOÃO GOULART E A GRANDE IMPRENSA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS (1955 E 1960): DA SUBVERSÃO À REVOLUÇÃO

João Goulart and the press in the presidential elections (1955 and 1961): from subversion to revolution

João Goulart y la gran prensa en las elecciones presidenciales (1955 y 1960): de la subversión a la revolución

Letícia Sabina Wermeier Krilow[1]

Luis Carlos dos Passos Martins[2]

Resumo:

Neste artigo, procuramos analisar a forma como a grande imprensa carioca – jornais *O Globo, Jornal do Brasil, Correio da Manhã* e *Última Hora* – representou a imagem de João Goulart entre 1955 e 1960, período em que ele foi candidato por duas vezes ao cargo de Vice-Presidente da República e exerceu o primeiro destes mandatos. A figura de Goulart é uma das mais debatidas da história do Brasil no Período Democrático (1945-1964). Estudar a forma como a grande imprensa tratou esta personagem histórica é de fundamental importância para compreendermos a visão que difundiram sobre este político controverso, mas também a sua própria percepção sobre o funcionamento da democracia no Brasil. Em especial, pelo fato de permitir a eleição de políticos contra os quais tinham sérias resistências ideológicas.

Palavras-chave: Imprensa. João Goulart. Democracia.

Abstract:

In this article, we seek to analyze the way in which the major Rio press – newspapers *O Globo, Jornal do Brasil, Correio da Manhã* and Última *Hora* – represented the image of João Goulart between 1955 and 1960, a period in which he was a candidate for the position twice as Vice-President of the Republic and served the first of these terms. The figure of Goulart is one of the most debated in the history of Brazil during the Democratic Period (1945-1964). Studying the way in which the mainstream press treated this historical character is of fundamental importance to understand the vision they disseminated about this controversial politician, but also their own perception of the functioning of democracy in Brazil. In

DOI 10.5335/hdtv.23n.3.15231

particular, due to the fact that it allowed the election of politicians against whom they had serious ideological resistance.
Keywords: Press. João Goulart. Democracy.

Resumen:
En este artículo buscamos analizar la forma en que las principales prensas cariocas – los diarios *O Globo, Jornal do Brasil, Correio da Manhã* y *Última Hora* – representaron la imagen de João Goulart entre 1955 y 1960, período en el que fue Candidato dos veces al cargo de Vice-presidente de la República y cumplió el primero de estos mandatos. La figura de Goulart es una de las más debatidas en la historia de Brasil durante el Período Democrático (1945-1964). Estudiar la forma en que la prensa convencional trató a este personaje histórico es de fundamental importancia para comprender la visión que difundieron sobre este controvertido político, pero también su propia percepción sobre el funcionamiento de la democracia en Brasil. En particular, por el hecho de que permitió la elección de políticos contra los que tenían una seria resistencia ideológica.
Palabras clave: Prensa. João Goulart. Democracia.

Introdução: os primeiros passos rumo à vida política

João Belchior Marques Goulart nasceu no dia 1º de março de 1919, menos de um ano após o término da Primeira Guerra Mundial e ainda durante o flagelo da Gripe Espanhola, que ceifou milhões de vida pelo mundo. Embora nascendo em uma conjuntura conturbada, o jovem João Goulart, conhecido também como Jango, teve uma primeira infância relativamente tranquila, filho que era de um próspero estancieiro de São Borja, o coronel da Guarda Nacional Vicente Rodrigues Goulart.

Como estudante, porém, Goulart não foi exatamente o que podemos chamar de menino prodígio, tendo reprovado e trocado de escolas diversas vezes ao longo de sua juventude. Curiosamente, demonstrou grande habilidade como futebolista, tanto no colégio como no Sport Club Internacional, clube pelo qual foi campeão infanto-juvenil, em 1932. Estudando Direito na Faculdade de Porto Alegre, que mais tarde faria parte da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Goulart novamente não se destacou, ficando mais conhecido por suas incursões na boemia de Porto Alegre.

Se como estudante e mesmo bacharel em Direito, Goulart não demonstrara habilidades de destaque, ele ganharia notabilidade na área dos negócios, como investidor e negociante de gado, ramo que acabou lhe gerando uma considerável fortuna. Terminada a Segunda Guerra Mundial e com a abertura política nacional, a partir de 1945, Goulart decidiu-se ingressar na política e acabou se filiando ao Partido Trabalhista Brasileiro, do qual foi presidente regional e nacional e pelo qual seria eleito deputado federal e vice-presidente da República por duas vezes,

DOI 10.5335/hdtv.23n.3.15231

assumindo o cargo de presidente em seu segundo mandato como vice, com a renúncia de Jânio Quadros, em 1961. Também exerceu, ao longo de sua carreira política, cargo de ministro do Trabalho, dos quais retirou boa parte de sua popularidade junto à massa eleitoral trabalhadora (DELGADO, 2010; GOMES; FERREIRA, 2018).

A figura de Goulart foi objeto de muita controvérsia, tanto durante a sua ação como político, como depois de sua queda do poder com o Golpe Civil Militar de 1964, visto por uns como "demagogo" e "autoritário" e, por outros, como "democrata" e "popular". O objetivo desta pesquisa não é propriamente o de tomar posição neste tema, mas de tentar compreender como a figura de Goulart foi sendo construída ao longo do período democrático, especialmente no que se refere a sua atuação com político no período aqui em questão. Partimos do pressuposto de que Goulart pode ter dado origem a diferentes representações sobre a sua figura pública, devido à própria complexidade do momento histórico, mas também às suas características particulares: estancieiro rico, aliado e herdeiro político de Getúlio Vargas e, ao mesmo tempo, líder político e sindical mais à esquerda do "getulismo". Na nossa percepção, a sua figura acabou sendo progressivamente representada como um "perigo" à democracia brasileira pela imprensa conservadora muito antes do golpe de 1964, o que ofereceu condições "simbólicas" – no sentido em que Pierre Bourdieu emprega esta palavra – para a forte resistência à sua ascensão à Presidência da República e à sua queda com o Golpe de 64 (DELGADO, 2010; GOMES; FERREIRA, 2018).

Antes de entrarmos no objetivo central deste trabalho, a saber, analisar as *representações* [3] sobre João Goulart construídas e difundidas pelos jornais *Correio da Manhã, Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Ultima Hora*[4], importa destacarmos algumas especificidades das pesquisas que deram origem a este artigo. O presente trabalho é o resultado de uma investigação mais ampla que analisa, nos anos 1950, o pensamento político-ideológico da grande imprensa[5] carioca e a democracia vigente no Brasil, do mesmo modo que buscou-se compreender a forma como esses jornais construíram discursivamente[6] o seu próprio papel institucional nesse regime democrático (KRILOW, 2022; MARTINS, 2016).

Na escolha dos jornais analisados, optamos pelos três principais periódicos da considerada e autointitulada grande imprensa liberal conservadora do Rio de Janeiro (*Correio da Manhã, Jornal do Brasil* e *O Globo*) e o mais importante jornal – a *Última Hora* – ligado ao Getulismo e ao Trabalhismo. A maioria desses jornais também estava passando por transformação nas suas linhas editoriais (com exceção do *Correio da Manhã*) em direção a um modelo mais próximo ao jornalismo comercial e informativo norte-americano (BARBOSA, 2007; ABREU, 2001). Esse corpus documental permite ver como a figura de Goulart foi construída em

DOI 10.5335/hdtv.23n.3.15231

certa pluralidade de impressos, ao mesmo tempo que oferece condições para observar até que ponto as mudanças editoriais impactaram nas suas tomadas de posição no período estudado.

Tendo em vista os objetivos dessa investigação, optamos por analisar apenas os textos editoriais dos jornais. Tal opção é decorrente da nossa proposta de buscarmos compreender a "opinião" tida como oficial, ou seja, como os diários se posicionam institucionalmente[7]. Já para formarmos o *corpus* documental recorremos a um critério quantitativo (amostragem)[8] e um critério qualitativo (roteiro de eventos)[9], pelos quais conseguimos formar um *corpus documental* que pode ser considerado como representativo do todo. Por fim, para analisar os textos editoriais utilizamos a metodologia de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011).

Isso posto, podemos buscar elementos para compreender como os jornais *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Última Hora* construíram, em seus textos editoriais a figura de João Goulart.

João Goulart: de ameaça à democracia à "síntese dos novos tempos"

O governo de Juscelino Kubistchek recebeu severas restrições da grande imprensa brasileira, notadamente a do Rio de Janeiro, durante a sua vigência: seu projeto de transferência da capital para a futura Brasília, sua política de endividamento público e a inflação alta para financiar o seu projeto de desenvolvimento acelerado foram alvo de fortes censuras de uma imprensa ainda presa a ideias liberais de orçamento equilibrado e inflação sobre controle (KRILOW, 2022). Independente disso, porém, o governo de JK já iniciou com um *handcap* de desconfiança devido à sua condição de herdeiro de Vargas e à sua aproximação com o vice-presidente, João Goulart.

Mas o que estes jornais diziam de Goulart? Como compreendiam a sua atuação política e o que ele podia representar para o nosso regime democrático?

Para respondermos adequadamente a esta pergunta, um bom tópico para o início é investigar as tomadas de posição dos jornais durante a campanha eleitoral de 1955. O jornal *O Globo*, em uma tomada explícita de posição[10], foi claro quanto a este ponto: "Este jornal já se manifestou reiteradamente contrário à indicação do sr. João Goulart para companheiro de chapa do Sr. Juscelino Kubitschek", isso porque "o senhor Goulart **não dispõe de justos títulos para aspirar à segunda magistratura da República**"[11], é "**tão medíocre do ponto de vista intelectual**, tão **ignorante dos mais elementares princípios de Governo**", "um rapaz sem preparo para o cargo nem possibilidade de exercê-lo, ainda que obscuramente. Suas provas como homem público foram feitas de forma mais desastrada" [12].

DOI 10.5335/hdtv.23n.3.15231

Na sequência, o jornal faz uma síntese das críticas que direcionou a Goulart ao longo do período pesquisado: a sua péssima atuação política – não cumpria minimamente suas funções nos cargos públicos a que fora eleito ou indicado; as viagens a Buenos Aires e Montevideo fazem referência a tão denunciada ligação de Goulart com Perón; e a "demagogia" utilizada para "enganar as massas" em benefício próprio e dos "amigos", sendo, para *O Globo*, o ato demagógico supremo a duplicação do salário mínimo em 1954. Além disso, com sua *demagogia* também teria criado um clima de insegurança, inclusive incitaria à luta de classes, por isso, o impresso cita um trecho do "Memorial do Coronéis"[13] para difundir que Jango seria uma "**ameaça sempre presente de infiltração de perniciosas ideologias antidemocráticas**". Por fim, ele seria considerado corrupto, acusado de desviar "dinheiros públicos"[14]. O impresso ainda acrescenta: como se não bastasse tal "*curriculum vitae* do senhor João Goulart", surgem, agora, motivos que tornam sua candidatura "se não legalmente, ao menos moralmente inadmissível", referindo-se ao inquérito sobre a aplicação do Fundo Sindical, que atestaria que o candidato à Vice-Presidência seria corresponsável pelo desvio de dinheiros deste fundo. Tais acusações teriam sido tornadas públicas em função do debate travado entre Goulart, Alencastro Guimarães[15] e o jornal *Correio da Manhã*. Dessa forma, *O Globo* intervém no debate público e exige que Goulart desminta as acusações "ou não pode aspirar ao alto cargo de segundo magistrado da Nação. Porque afinal o democratismo não pode ser igualado àqueles remédios milagrosos que tem, segundo as bulas de propaganda, o poder de apagar todas as manchas"[16].

Como decorrência, *O Globo* argumenta que "**a escolha do líder nacional do PTB nos submete a inegável queda de nível intelectual e político**". Entretanto, vai mais além ao afirmar que "nunca se viu nada mais ousado nem mais grave sinal de decadência do regime do que a indicação desse moço para, possivelmente, vir a exercer nestes anos difíceis a direção dos destinos do Brasil"[17].

Nesse editorial, observamos uma estratégia discursiva que apresenta boa recorrência no período estudado, a saber, a intervenção do jornal no debate em uma *tomada explícita de posição*, nominando-se através da expressão "este jornal", quando pode dispor de provas ou indícios de acusações que já havia levantado anteriormente, mas ainda sem a devida demonstração. No caso, o jornal está se valendo de material publicado por outro periódico, o *Correio da Manhã*, que endossaria acusações que ele próprio já "antecipara". Assim, além do que foi dito sobre João Goulart, a forma como foi dito reforça a intenção da imprensa do período em se construir como exercendo uma *função pública* como *vigilante do poder público*, ainda mais em um país, segundo *O Globo*, com tantos *homens públicos* que estariam longe do ideal: o magistrado incorruptível. Esta estratégia, porém, remete-nos a funções mais de fundo, como uma forma de a imprensa, ao

DOI 10.5335/hdtv.23n.3.15231

mesmo tempo em que acusa um político do qual discorda, reforçar a ideia de que exerceria uma *função* capaz de legitimar os jornais comerciais como instituição pública importante e necessária à sociedade. Neste caso, estaríamos aqui diante de uma daquelas situações, indicadas por Bourdieu (1974), nas quais os produtores de determinado bem cultural precisam construir a importância dos produtos e serviços que prestariam à comunidade no próprio ato de oferta-los.

O importante, nesse ponto, é que, para *O Globo*, a própria indicação de João Goulart para vice-presidência da República já era um sinal de decadência do regime democrático que necessitaria ser denunciado. Para o impresso, a decadência do regime estaria associada a dois pontos essenciais: à falta de "oferta" de *homens públicos* devidamente qualificados para os cargos e à própria lógica do regime, que carecia de mecanismos para expurgar da política homens com o "*curriculum*" de João Goulart, que acabavam, pelas vias legais e democráticas, elegendo-se para postos tão importantes como a vice-presidência da República. Frente a uma constatação tão grave como essa, fica nítida a percepção de *O Globo* das falhas da democracia brasileira, que estaria vulnerável à "infiltração comunista" e à possibilidade de homens como João Goulart elegerem-se pelo voto popular e "livre".

Para avançarmos mais nesta análise, é importante a postura do jornal *Correio da Manhã (CM)* frente à primeira candidatura de Goulart à Vice-Presidência da República. Nesta oportunidade, o *CM* defendeu o "direito legal" de Goulart de ser candidato, opondo-se a qualquer força que desejasse impedir esta prerrogativa. Porém, enfatizou: "ainda que tenhamos de defender para o sr. João Goulart o direito *legal* de ser candidato", ao mesmo tempo "continuaremos" "a impugnar e combater a candidatura do sr. João Goulart, por considerá-lo sem o direito *político* e *moral* de candidatar-se à vice-presidência da República". Em outras palavras: "podemos defender o seu direito de ser candidato, mas como adversário e inimigo. Desejamos ser claros e estamos falando a tempo"[18]. Esse tipo de argumento é importante para o jornal na representação de seu papel institucional em uma democracia política, qual seja, não contrariar os preceitos legais do regime – dentre os quais o direito de um cidadão em se candidatar a um cargo público, salvo outros impedimentos -, passando a criticar o "uso deste direito" por incapacidade. Em suma: Goulart tem o direito legal de ser candidato, mas não deveria sê-lo por falta de condições intelectuais e/ou morais. Do que decorre uma pergunta essencial: como resolver o dilema que a democracia brasileira parece apresentar entre a manutenção dos direitos políticos a todos os cidadãos e, com isso, a possibilidade de participação dos "incompetentes", "incapazes" e/ou "imorais", cujo voto não é capaz de "depurar" da política?

DOI 10.5335/hdtv.23n.3.15231

O jornal *Correio da Manhã* apresentou argumentos que convergem com os de *O Globo* para combater a candidatura Goulart, mas apresentam diferenças importantes:

> **O sr. João Goulart não está em condições**, nem **tem um passado de homem público que o habilite** a ser o presidente do Senado e o vice-presidente da República. Deputado na legislatura passada, **o que o tornou famoso foi a ausência, a incúria, a incapacidade para o exercício do mandato**. Não deixou um projeto, uma intervenção parlamentar, uma palavra ao menos na tribuna da Câmara. **Não comparecia sequer às sessões**. Ministro do trabalho, o que lhe marcou a presença na pasta foi a atuação de **agitador e demagogo**. Ao seu nome ficou para sempre ligada a **lembrança das aventuras da república sindicalista no tipo Perón**, das agitações no Cais do Porto, do **incitamento à luta de classe**, do **peleguismo sindical** como instrumento de força política.[19]

Vemos como, para o impresso, a vida pregressa de Goulart na política não o qualifica ou recomenda como *homem público*, sendo um político que, mesmo instituído em sua função de representante da coletividade, não atuou em benefício da mesma. Ao contrário, apenas teria criado situações que trouxeram instabilidade política e social ao país e, por extensão, à democracia. Mas nos argumentos do *Correio* são incorporados outros elementos para esta instabilidade, a saber, a sua atuação como um "agitador e demagogo": mais do que incompetente, Jango é perigoso porque, de alguma maneira, replica no Brasil as estratégias políticas da "república sindicalista no tipo Perón", um mal, se não igual, ao menos muito próximo do comunismo.

Dando continuidade a esta ideia, o jornal passa a uma posição bastante agressiva e militante. Afirma: "derrotaremos a pretensão do sr. João Goulart à vice-presidência da República: impedindo que seja companheiro de chapa do sr. Juscelino Kubitschek ou combatendo-o para que seja derrotado nas urnas"[20]. Nos editoriais seguintes, então, o *Correio da Manhã* passa a "carregar a mão" nas críticas a Jango, caracterizando como "herdeiro do espólio sentimental do 24 de agosto. E é mais do que isto. Ele é o agitador por excelência do pior getulismo", sendo que o "seu campo de ação não foi apenas o Palácio do Catete. Foi o amplo e largo campo de toda uma classe social, que tentou corromper com seus pelegos e com o dinheiro do fundo sindical para atirá-la contra o resto do país". Tudo isso em nome "de uma **popularidade ilegítima**, **não conquistada na escola dos sacrifícios sérios do sindicalismo livre**, e sim **às custas do poder e dos recursos financeiros do Estado**"[21]. Ainda mais, "O sr. João Goulart é um aventureiro e um demagogo, que não se acha à altura de ser vice-presidente da República", dessa forma, deveria ser combatido e derrotado politicamente[22].

Nessas passagens, embora o fato salientado pelo jornal fosse o provável envolvimento de Goulart no desvio de recursos sindicais, a crítica política de fundo é às supostas práticas

DOI 10.5335/hdtv.23n.3.15231

"populistas e demagógicas", incompatíveis moralmente com a democracia, mesmo que não ilegais. O jornal até pode frisar as acusações de improbidade contra Goulart, mas a sua aposta está em uma campanha de deslegitimação de Jango no debate público, para a qual a improbidade administrativa é apenas um dos elementos, e talvez o menos importante. Com efeito, o jornal dos Bittencourt trabalha ativamente difundindo diversos textos críticos ao candidato, expondo os motivos pelo qual ele estaria desautorizado não legalmente, mas moralmente a ocupar a segunda magistratura do país. Como efeito desta postura, acredita que ele não seria vitorioso nas urnas, não sendo eleito, ou seja, derrotado a partir de lógicas próprias do regime democrático: liberdade de opinião e eleições.

Em relação às questões legais, o *Correio da Manhã* expõe, na última página da edição em análise, "a relação dos gastos, sem prestação de contas legal, autorizados ou realizados durante a administração João Goulart com os recursos do imposto sindical", isto é, dinheiro dos trabalhadores entregue à sua guarda. Mas procura salientar, com isso, como o "dinheiro era aplicado com finalidade política e de agitação social", pois "foram dispendidas quantias astronômicas na preparação de comícios em prol do salário mínimo, transporte de operários para esses comícios, nos planos 'sindicalistas', etc."[23]. "Nas mãos do sr. João Goulart", continua o jornal, "**os recursos do imposto se converteram em elemento de luta de classes** para a obtenção do salário mínimo e congressos sindicalistas de caráter nitidamente político, em frente única com os comunistas", sendo esses "os episódios mais marcantes de sua presença anti-social no Ministério do Trabalho" e que "nos encarregamos de recordar". Ou seja, a questão não é tanto o desvio do dinheiro dos sindicatos, mas o uso político que Goulart fazia do mesmo.

Por fim, conclui com uma afirmativa bem categórica: "Iludem-se os que pensam **entorpecer a opinião** apresentando o sr. João Goulart como elemento bonzinho, convertido à democracia e paladino da conciliação de classes. Na primeira oportunidade que tivesse, Jango desmentiria essas ilusões"[24].

Nesses pontos, nota-se novamente o emprego da estratégia de o jornal tentar legitimar a sua atuação política a partir do exercício de uma *função pública* de *vigilante do poder público* em nome da coletividade, algo central para que a imprensa tente ampliar a sua "autoridade" no debate público e o seu reconhecimento como "instituição social" que trabalharia pelo "bem comum" denunciando aqueles que não zelam pelo "bem público'.

Inicialmente, percebe-se que as críticas feitas a João Goulart em sua primeira candidatura à Vice-Presidência da República, em 1955, ao menos em parte, repetem-se na campanha de reeleição, em 1960.

DOI 10.5335/hdtv.23n.3.15231

O Globo, em um editorial, procura alertar os trabalhadores, quando forem chamados às urnas para votar, "que do atual Vice-Presidente da República (excetuados os inúteis aumentos do salário-mínimo, com que **engoda os eleitores às vésperas dos pleitos**) não se conhece uma única atitude com que tenha procurado beneficiar o povo". Ele teria, isto sim, deixado em estado caótico a "Previdência Social no Brasil, transformada em 'bureau' de empregos para os apaniguados e em foco de escândalos e negociatas"[25]. Esta "constatação", segundo o jornal, comprovaria "o que O GLOBO tantas vezes tem posto em destaque, isto é, que a poderosa máquina da Previdência Social é um instrumento das ambições do Sr. João Goulart e de seu cortejo de pelegos multicores". Por ela, Goulart podia indicar os nomes dos dirigentes dos institutos e autarquias, sendo por isso "um político privilegiado", que "tem as suas ordens uma massa considerável de funcionários obedientes à sua vontade, e dispõe de empregos e dinheiro a rodo para conquistar adeptos e votos"[26].

Reforçando esta ideia, *O Globo* acusaria o "PTB janguista e brizolista" de estarem "montando, no Sul, as peças de **uma perigosa máquina totalitária**, a expensas da União", pois este grupo teria demitido, "de um só golpe", quatro mil funcionários, nomeados nos últimos dois anos da administração Meneghetti", para então "substituí-los pelos seus correligionários. Ainda agora, destituiu toda a diretoria do Banco do Rio Grande do Sul, para encaixar nas vagas os seus parceiros"[27]. Em síntese, Goulart, aliado ao seu cunhado Leonel Brizola, representaria um perigo ao regime democrático.

Argumentação também encontrada no *JB* quando este impresso afirma que, "num país em que a política se faz, ainda em boa medida, na base de empregos", Goulart "tem se distinguido pelo aproveitamento a fundo da administração federal e autárquica, na dupla base do empreguismo e dos vastos recursos que, por estranhos caminhos, enchem as arcas do seu partido, sem dúvida o melhor financiamento"[28]. Acrescenta, em outro texto, que Goulart dispõe "discricionariamente dos Ministérios da Agricultura e do Trabalho, cuja atuação se faz sentir no domínio dos interesses das duas classes mais numerosas". Serve-se "sem inibições dos empregos e dinheiros da Previdência Social, sem falar no que obtinha, para si mesmo e para sua política, no Banco do Brasil", bem como "daquelas repartições e instituições, e de seus recursos, para a montagem de máquina política"[29]. Nessas passagens, encontramos muita semelhança com *O Globo* e a ideia de que Goulart lideraria um projeto de instrumentalização da máquina pública a favor de seus interesses partidários, ferindo abertamente o princípio democrático da isonomia.

Diante da possibilidade da reeleição de Goulart, em 1960, viabilizada, segundo o jornal, pela divisão das forças políticas que se oporiam a sua candidatura - Milton Campos e Fernando Ferrari -, *O Globo* argumenta que, dos três candidatos à Vice-Presidência, Goulart seria o pior,

DOI 10.5335/hdtv.23n.3.15231

pois "não cumpre [...] nenhuma das promessas que fez à classe operária nas eleições de 1955", como o direito de greve, o controle do sindicatos pelo Ministério do Trabalho e a reforma agrária. Além disso, "a previdência social transformou-se numa vasta rede burocrática que serve para empregar os recomendados do PTB"[30].

Dessa forma, segundo o *JB,* o "Sr. Goulart só se mantém na crista dos acontecimentos políticos porque os seus **oponentes têm demonstrado uma grande falta de percepção dos problemas sociais do Brasil**". O impresso ressalta a condição de Jango como "o herdeiro (e não se cansa de proclamá-lo) do espólio deixado pelo Presidente Getúlio Vargas". Mas esta "herança" seria a "de **um trabalhismo sentimental, demagógico e paternalista"**. Goulart apenas se limitava a explorar a "herança", em nada contribuindo para o progresso do movimento trabalhista no Brasil". Assim, "somente a omissão dos seus adversários e as intermitentes e demagógicas intervenções do Sr. Goulart no campo social (como a exploração em torno da concessão periódica de novos níveis de salário mínimo)" estariam "permitido que o atual Vice-Presidente se mantenha, parasitariamente, preso ao tronco do Governo Federal".[31]

Nesse editorial, ao falar da "herança trabalhista" de Goulart, há de se salientar, como já foi indicado em outras pesquisas (SOUZA, 2020), que o *JB* não faz uma crítica direta ao trabalhismo, mas ao tipo de trabalhismo ligado a Vargas e herdado por Goulart ("demagógico" e "populista"), que de nada servia ao "progresso do movimento trabalhista no Brasil". Isto é interessante porque mostra como o trabalhismo, ao menos teoricamente, não é uma corrente política criticada pelo jornal. O seu empenho está em deslegitimar Goulart e Brizola como seus adequados representantes.

Esse editorial, entretanto, oferece indícios sobre outro aspecto interessante da visão do *JB* a respeito da disputa política brasileira de então. Se, de um lado, ele identifica a "demagogia" que estaria no poder, numa relação simbiótica com o "tronco do Governo Federal", como seria o caso máximo João Goulart, de outro, ele identifica uma oposição que não conseguiria perceber os problemas sociais e por isso não estaria conseguindo derrotar "a demagogia". Há aqui, então, uma dupla e complementar crítica do jornal ao universo político: Goulart e seu grupo aproveitavam-se do aparelho estatal e da demagogia para angariar o voto popular e se manter no poder; por outro lado, a oposição era incapaz de apresentar um discurso apto a rivalizar com esta demagogia na disputa do voto popular. Em suma, mais um problema sério do regime democrático do qual a ascensão do Varguismo e de Jango eram os seus principais sintomas.

Todavia, o *JB* não aponta o problema apenas para constatá-lo. Seu objetivo, parece-nos, vai mais além, sendo o de apresentar um alerta à sociedade brasileira, indicando que algo deveria ser feito, sob pena de o regime democrático ficar seriamente comprometido, em função da

DOI 10.5335/hdtv.23n.3.15231

incapacidade ou impossibilidade de a oposição chegar ao poder, um dos elementos centrais que caracteriza o regime democrático.

Ao fazer essas denúncias, porém, os jornais não se preocupam em apenas criticar os homens públicos dos quais discordam, mas procuram fazê-lo reforçando a suposta *função pública* da imprensa enquanto *vigilante do poder público*. Conforme as palavras do *JB*

> Toda a máquina administrativa deve ser inspecionada, para que o bem público não seja sacrificado em benefício do bem particular, das conveniências privadas ou injunções partidárias.
> **A imprensa, na sua faina, desempenha alta missão inerente ao regime democrático, e para que esse papel não seja sacrificado é que ela reclama o privilégio de se manifestar de modo preciso, sem coação ou constrangimento**.
> **O povo tem direito a saber a verdade e de como os delegados que escolheu para tomar conta do patrimônio nacional se conduzem no desempenho do mandato** que lhes foi outorgado. Isto é essencial, é fundamental dentro do regime consagrado pelas nossas tradições políticas[32].

A partir desse discurso, o *Jornal do Brasil* busca legitimar suas tomadas de posição sobre os *homens públicos*, bem como apresenta e representa estas tomadas de posição como algo necessário ao regime democrático. Mesmo que esta vigilância esteja mais voltadas àqueles políticos que a grande imprensa menos simpatiza, a crítica é associada a uma *função pública de vigilante do poder público*, a qual se torna, ao menos discursivamente, condição necessária para que sejam legítimas e reconhecidas. De outra parte, a insistência nesse papel, mesmo que para criticar adversários políticos, tende a firmar, imaginariamente, a própria condição que deve torná-la possível. Em outras palavras, como as empresas jornalísticas privadas não exercem legalmente uma função pública como as instituições juridicamente instituídas, elas necessitam criar no imaginário social o seu próprio papel simbólico, o que só é possível pelo somatório histórico de ações tomadas neste sentido.

De qualquer maneira, uma importante questão ainda permanece e deve ser respondida por estes jornais: por que Goulart venceu pela segunda vez a eleição para vice-presidente da República? Para o *JB*, como vimos, isso só ocorreu em virtude da incapacidade da oposição de apreender os problemas sociais do país e, assim, tornar-se um agente político capaz de derrotar Goulart na conquista do voto popular; já para o *Correio da Manhã*, Jango só "ganhou pela traição e pelo suborno, preocupado, apenas, em salvar-se a si próprio". Não ganhou em estados como Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas "e no Guanabara, que continua **sendo a Capital da opinião pública brasileira**"; isto é, perdeu "nos quatro contingentes eleitorais mais numerosos, nos centros mais politizados e independentes. Perdeu onde apenas poderia ganhar – sem traição e sem suborno – se fosse realmente um líder trabalhista". Goulart, para o impresso, "não é líder de

DOI 10.5335/hdtv.23n.3.15231

coisa alguma. É um parasita da Nação, a explorar a boa-fé dos trabalhadores, cada dia mais sofridos e menos incautos"[33]. Nesses termos, o jornal coloca que mesmo sendo eleito não teria saído vencedor nas zonas com maior autoridade e legitimidade, isto é, os lugares com mais impacto na formação de uma "opinião pública brasileira", porque, para o *Correio da Manhã*, *opinião pública* seria aquela que emergiria do debate entre várias correntes de pensamento, o que não ocorreria nas zonas periféricas do país.

Ora, em ambos os casos, temos um problema de fundo para qualquer regime democrático, ou seja, a incapacidade das forças políticas mais comprometidas com o bem comum - na opinião dos jornais, é claro – em obter a maioria dos votos. No caso do *JB*, isso se dava pela associação entre a demagogia de Jango e a incompetência dos líderes oposicionistas. Para o *Correio da Manhã*, porém, a análise é mais grave: a opinião pública que realmente importa (das capitais e grandes centros do país) é minoritária, vencendo a demagogia pelo voto de cidadãos não tão qualificados para exercer este direito

Em consequência, pode-se questionar se, na perspectiva do *Correio da Manhã*, o regime democrático, em virtude do pouco peso decisivo da opinião pública dos grandes centros, poderia fazer uma depuração de *homens públicos* como Goulart ou tal depuração não seria alcançável nas regras existentes? Para que esta depuração se tornasse possível, deveríamos insistir em seguir as regras do jogo democrático ou seria necessária alguma alteração nessas regras? Por fim, caso seja constatada a incapacidade de se depurar a democracia dos *Goularts*, essa entraria em derrocada, pela sua própria incapacidade de elevar "bons homens públicos" à chefia da nação?

Esta visão já bastante negativa do funcionamento da democracia em virtude das vitórias eleitorais de Goulart, ainda ficaria mais agravada com a vinculação de Jango ao comunismo. *O Globo* foi enfático quanto a isto: "APONTEMOS, porém, corajosamente o grande artifício da infiltração soviética no Brasil: é a direção do PTB, com o Vice-Presidente da República à frente. É dali que partem as mais veementes predicas 'nacionalistas'"[34]. Durante a preparação das eleições de 1958, o Partido Comunista teria ressurgido "pela mão e sob o poderoso amparo do Vice-Presidente da República", que "fez um acordo" com os comunistas, mesmo com "velhos correligionários sacrificados, para que se elegessem, dentro da sua 'legenda', marxistas chapados!" Dessa forma, conclui o texto: "o senhor João Goulart, atraiçoou, com o mesmo gesto: a ordem democrática, a decisão da Justiça e seus próprios correligionários. Temos de reconhecer que, para um Vice-presidente da República, é demais"[35].

O *Jornal do Brasil* aborda a questão nesses mesmos termos: sabe-se que o Partido Comunista "nunca deixou de existir na ilegalidade, mas é hoje trazido para a luz dos comícios eleitorais pela mão do Vice-Presidente da República, pode ter-se ideia mais precisa das suas

DOI 10.5335/hdtv.23n.3.15231

inevitáveis consequências no cenário nacional". Sendo que "as consequências da infiltração do Partido Comunista em agremiações de existência legal e a sua irrupção na vida pública não dependem apenas dos que com ele fizeram negócio", mas "também da maneira por que o próprio partido as souber explorar – o que, reconheça-se, é uma sua especialidade"[36]. Contudo, o jornal não deixa de argumentar que "examinemos o assunto, não na base de intenções subjetivas, sujeitos à interpretação dos interessados, mas encarando objetivamente os fatos políticos e os efeitos que produzirão no espírito público"[37], elemento essencial para autorizar suas tomadas de posição. Nesse caso, haveria uma convergência com a perspectiva de *O Globo,* ou seja, as regras do regime democrático possibilitam que ele seja "atacado por dentro".

O *Correio da Manhã* aborda diretamente a questão em uma sequência de textos onde trata do suposto "perigo da infiltração comunista nos partidos democráticos", sendo que, "cabe a responsabilidade direta deste fato ao vice-presidente da república, João Goulart, que não se limitou a aceitar o apoio dos comunistas: abriu-lhes sua legenda"[38]. Assim, quem lançou o sr. Luís Carlos Prestes na circulação política "não foi o Partido Comunista, que, este, continue na ilegalidade. Quem o trouxe ao primeiro plano da cena eleitoral, como uma vedeta mais gasta pelo tempo, foi o vice-presidente da República, sr. João Goulart"[39]. Ainda mais, "O sr. João Goulart, líder outrora de greves internas, concentra hoje a sua liderança em objurgatórias demagógicas a serviço da União Soviética no conflito ideológico e de interesses com os Estados Unidos". Desta maneira, para o *Correio*, Goulart faz "o jogo 'nacionalista' dos comunistas"[40], pois, o atual vice-presidente da república, a quem caberia a defesa do regime, seria a pessoa que estaria constantemente abalando as bases de proteção da democracia de tipo liberal. Cabendo ao *Correio da Manhã* assumir a condição de paladino da democracia frente ao comunismo permissivo de Goulart, dedicando-se a denunciá-lo em suas reportagens.

Como síntese sobre o tema, percebemos que, para todos os jornais aqui analisados, a democracia estaria sendo atraiçoada por políticos que estão dentro da ordem legal, permitindo que elementos da ilegalidade corrompessem as suas bases democráticas. Nesse caso, João Goulart seria novamente considerado um perigo ao regime democrático, enquanto que os três periódicos se construíram como "baluartes" na defesa do regime contra a infiltração comunista, através da denúncia para alertar o *povo*.

Diante de tais representações sobre Goulart, se pensarmos na renúncia de Jânio Quadros em 1961, quando João Goulart assume a presidência do Brasil, a perspectiva que fica é que o golpe seria apenas uma questão de tempo, pois o regime vigente – democracia – teria conduzido legalmente ao poder um dos *homens públicos* menos aptos ao exercício do cargo, o

DOI 10.5335/hdtv.23n.3.15231

homem público síntese de todos os riscos que poderiam ameaçar uma democracia, segundo os jornais.

Como contraponto a postura destes periódicos autonomeados como "liberais e conservadores", seria importante observar a postura do jornal *Última Hora*, folha identificada com o getulismo e mais próxima ao Partido Trabalhista Brasileiro (GOLDENSTEIN, 1987). Enquanto candidato à Vice-Presidência da República, Jango não recebeu muito destaque deste jornal, ao menos nos textos selecionados para a nossa investigação. Mas, depois de empossado, seria constantemente elogiado como líder trabalhista e "autêntico líder popular do Brasil". Mais do que isso, foi considerado "uma perfeita síntese desse momento de evolução política, social e econômica que o Brasil atravessa"[41].

Quando João Goulart assume interinamente a presidência da República, em 1956, *Ultima Hora* publica um editorial alertando Jango para não ignorar que "a reação brasileira jamais se conformou com a vitória do líder trabalhista e com a sua investidura na Vice-Presidência da República; muito menos cruzara os braços aceitando passivamente, a sua presença na suprema magistratura na Nação", especialmente, "pelo que significa simbolicamente, ou seja, como expressão de progresso político em nosso país". Então, narra o que seria um plano "dos setores reacionários", visando a eclosão de um clima subversivo que obrigue "o Sr. João Goulart a **violar a natural discrição em que certamente procurará manter-se** nesses poucos dias de transitória presidência". Por fim, o jornal justifica tais tomadas de posição:

> Ao alertar o Presidente João Goulart para essas manobras, estamos certos de **que apenas estamos lembrando-lhe algo que ele já anteviu pela sua experiência própria e sua visão das coisas brasileiras** – e confiamos, por isso, que mais uma vez ele saberá frustrar as esperanças da reação mesmo porque, ao seu lado, em qualquer emergência estão as forças representativas das aspirações **nacionais e garantidoras da continuidade democrática e do regime republicano em nossa terra**![42].

Este editorial é bastante interessante, na medida em que o alerta que é feito a João Goulart dos perigos da "reação conservadora" parece muito mais uma advertência. Ou seja, Jango deve manter-se na "natural discrição" nesse período de governo provisório, apenas "lembrando" algo que ele "já anteviu na sua experiência própria". Ao fazer isso, o jornal, na verdade, pressupõe e se preocupa com a possibilidade exatamente contrária de Goulart tentar certo protagonismo e gerar, com isso, uma reação contra o governo como um todo, incluindo aí o próprio presidente JK.

No geral, a *Última Hora* procurou reforçar constantemente a ideia de Goulart como líder trabalhista, como quando comentou a sua posição no Congresso Sindical, no qual os

DOI 10.5335/hdtv.23n.3.15231

trabalhadores "viram na sua atuação positiva e esclarecida uma base para a confiança depositada no autêntico líder que demonstrou ser, o que não se distancia das massas trabalhistas, sente os problemas que a afetam e encaminha com firmeza e equilíbrio as suas soluções"[43]. Entretanto, em 1957, o jornal faz uma crítica aos líderes trabalhistas e a Goulart, ao mencionar uma "crise atual do trabalhismo, pois, é uma crise dos quadros dirigentes – as massas trabalhadoras sabem o que querem, sabem querer e conhecem claramente o seu caminho". Dessa forma, "quem as quiser ao seu lado, ou atrás de si, tem de dar apenas um passo à frente e colocar os problemas e as soluções", mas "esperar pelos prélios eleitorais para, então, correr à praça pública e, do alto da tribuna dos comícios, dizer as frases habituais, é correr um sério risco". Em síntese, "o trabalhismo está com os seus quadros dirigentes na mais completa ausência", pois "grandes acontecimentos ocorrem, grandes problemas se apresentam, grandes combinações se tramam – e os comandantes trabalhistas não tomam conhecimento. Não há herdeiros eternos, e nenhuma herança resiste a passividade". Termina por fazer um alerta: "se os líderes não compareceram, o povo saberá encontrar novas figuras"[44]. Ao que tudo indica, estamos diante de uma crítica do jornal a Goulart e suas práticas políticas de mobilização dos trabalhadores, em um período em que o controle sobre a "herança trabalhista" estava em disputa, opondo especialmente João Goulart contra Fernando Ferrari do PTB gaúcho.

Percebe-se, também, que, para o jornal, o trabalhismo já se tornou um movimento quase que autônomo de líderes específicos, como o demonstraria a sua própria sobrevivência após a morte de Vargas, isto é, o trabalhismo não seria vinculado a um líder "X" ou "Y", mas se tornaria um líder trabalhista aquele que conseguisse novamente fazer os integrantes do grupo se sentirem representados. Entretanto, sempre haveria a necessidade de algum líder. Dessa forma, toca-se em um elemento central do sistema democrático representativo, ou seja, "o papel do representante não apenas substituindo o representado, mas, também, constituindo-o publicamente na medida em que ele pode se tornar a sua única expressão visível e legítima" (MARTINS, 2022, p. 3).

A questão é que, nitidamente, para o *Última Hora*, este líder não é ou não pode ser apenas Goulart. Embora o jornal não expresse as mesmas críticas e medos que a imprensa dita conservadora tem com o vice-presidente, a *Última Hora* não confia totalmente em Goulart e no seu excessivo controle das instâncias e recursos que podem ser mobilizados pela ocupação da vice-presidência da República, do controle sobre os ministérios e a Previdência Social e, notadamente, sobre os sindicatos.

DOI 10.5335/hdtv.23n.3.15231

Conclusão

A pesquisa a respeito da forma como a grande imprensa do Rio de Janeiro representou Goulart e sua ação política é um tema central para quem deseja entender o desenlace dos acontecimentos políticos brasileiros que levaram ao golpe de 1964.

As análises acima nos permitiram perceber que não só havia enormes críticas ao nome do vice-presidente e às suas práticas políticas, como a sua vitória eleitoral era vista como um sinal do mal funcionamento da democracia brasileira. Goulart seria inapto, incapaz, mas ganhava votos pelo uso demagógico e corrupto dos recursos públicos e sindicais. Ao mesmo tempo, a oposição e a opinião pública mais "importante" do centro do país se demonstravam igualmente incapazes ou insuficientes de fazer um contraponto ao avanço de Goulart e de suas práticas danosas à democracia. Se o avanço político de Goulart era o sinônimo do avanço da "república sindicalista peronista" e da infiltração comunista no Brasil, tudo isto era fermentado no interior do próprio regime democrático brasileiro. Em virtude disso, não é difícil de perceber como, para estes jornais, as vitórias eleitorais de Goulart eram os sintomas mais claros de uma democracia que não estava funcionando corretamente e algo deveria ser feito para se reverter o quadro. É notável, inclusive, a resistência da própria *Última Hora* às práticas políticas do vice-presidente da República, que podia tornar o trabalhismo refém de um único político.

Os impressos, especialmente os conservadores, colocaram-se na condição de instância devotada à denúncia da questão: exploraram as possíveis irregularidades de Goulart na gestão de recursos públicos e sindicais, apontaram a sua inapetência administrativa, desenvolveram hipótese sobre os "seus planos" de estabelecer uma "república sindicalista" no Brasil e, por fim, indicaram, com veemência, a sua possível conivência ou parceria indecorosa com o comunismo. Ao fazerem isso, esses jornais atacavam um líder político em relação ao qual tinham sérias restrições, mas o faziam afirmando que estavam exercendo um papel institucional importante de defesa do interesse da coletividade e da própria democracia brasileira, contribuindo para constituir simbolicamente esta "posição institucional imaginada". O resultado prático, porém, no curto e médio prazo, ficou longe do prometido. Suas lutas incansáveis contra o que chamavam de "demagogia", "república sindicalista" e "infiltração comunista" permitida pela democracia política com as vitórias eleitorais de Goulart não apenas derrubaram Jango, depois que este assumiu a Presidência da República, como igualmente derrubaram o próprio regime democrático, incapaz de sobreviver diante das forças contrárias aos resultados que ele permitia legalmente.

DOI 10.5335/hdtv.23n.3.15231

Referências Bibliográficas

ABREU, A. A. de. et al. (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**: Pós 1930. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001.

BARBOSA, M. "Cinquenta anos em cinco": Consolidando o mito da modernização (1950- 1960). In: BARBOSA, M. **História cultural da imprensa: Brasil – 1990-2000**. Rio de Janeiro: Maud X, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOURDIEU, P. Gêneses e estrutura do campo religioso. *In*: MICELI, S. (Org.). **Pierre Bourdieu**: a economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2015.

BOURDIEU, P. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. *In*: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Edições 70, LDA, 2016.

CHARTIER, R. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. Niterói: **Tempo**, vol. 14, núm. 28, jan./jun., 2010, pp. 125-145.

GOLDENSTEIN, G. T. **Do Jornalismo Político à Indústria Cultural**. São Paulo: Summus, 1987.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. Juiz de Fora*:* **Locus: revista de história**, v. 24, n. 2, p. 251-275, 2018.

KRILOW, Letícia Sabina Wermeier. **Democracia e discurso autorreferencial**: representações em disputa nas páginas da grande imprensa carioca (1955-1960) (2022). Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

LAMARÃO, Sérgio. Manifesto dos coronéis. In: ABREU, A. A. de. et al. (coords.). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**: Pós 1930. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010.

LATTMAN-WELTMAN, F. Imprensa carioca nos anos 50: os "anos dourados". In: ABREU, A. A.; LATTMAN-WELTMAN, F. **A Imprensa em Transição**: O Jornalismo Brasileiro nos anos 50. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LUCA, T. R. de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, L. C. dos P. **A grande imprensa "liberal" carioca e a política econômica do Segundo Governo Vargas (1951-1954)**: conflito entre projetos de desenvolvimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

MARTINS, L. C. dos P. História dos conceitos e conceitos na História: a imprensa como fonte/objeto da História Conceitual do Político. In: DOMINGOS, C. S. M.; BATISTELLA, A.; ANGELI, D. S. (Orgs.). **Capítulos de História Política**: fontes, objetos e abordagens. São Leopoldo: Oikos, 2018.

MARTINS, L. C. dos P. **Informação verbal**. Fala Professor Luis Martins na disciplina Conceitos e discursos políticos em tinta e papel: os impressos e a (des)construção de hegemonias, PUCRS, em 27 set. 2021.

DOI 10.5335/hdtv.23n.3.15231

MARTINS, L. C. dos P. Pensamento político e imprensa brasileira no pós-guerra: democracia e participação popular na visão do Correio da Manhã no Segundo Governo Vargas. **Estudos IberoAmericanos**, v. 46, n. 2, e35228, 2020.

ORLANDI, Eni R. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2020.

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso**: introdução à análise de discursos. 2. ed. São Paulo: Hacker, 2002.

RIBEIRO, A. P. G. **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

SOUZA, Pâmela Chiorotti Becker. **Representações em disputa**: trabalhismo e PTB nas páginas dos jornais cariocas Ultima Hora e Correio da Manhã (1951-1954). (2020). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

Notas:

[1] Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Pós-Doutoranda em História pelo PPGH-PUCRS. E-mail: leticia.krilow@acad.pucrs.br / https://orcid.org/0000-0002-7620-3598

[2] Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor Adjunto da PUCRS. E-mail: luis.martins@pucrs.br / https://orcid.org/0000-0002-7564-4092

[3] Conceito retirado dos escritos de Roger Chartier (2002).

[4] As edições dos periódicos *Correio da Manhã, Jornal do Brasil* e *Ultima Hora* estão disponíveis no site da Biblioteca Nacional Digital - Hemeroteca Digital e no caso do jornal *O Globo* possuímos acesso no site do próprio jornal, mas via assinatura mensal.

[5] Compreendemos *grande imprensa* da mesma fora que a historiadora Tânia de Luca (2011, p. 149), isto é, como um "conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro". No caso desta pesquisa, definimos que para um periódico ser considerado pertencente à *grande imprensa* é preciso que possua uma tiragem superior a 40 mil exemplares/dia, no período estudado, que possua regularidade e continuidade em suas edições, que seja estruturado administrativamente, com divisão do trabalho no interior das redações, além da utilização de técnicas industriais na produção dos periódicos.

[6] Compreendemos discurso de modo amplo, como expressão humana, dotada de uma estrutura mínima, que expresse algo e possua significado, seria uma forma específica de dar sentido às palavras. (MARTINS, 2021, informação verbal), (PINTO, 2002), ORLANDI, 2020).

[7] Como salienta Luis Martins (2018, p. 69), "em pesquisas de médio e longo prazo, a análise dos editoriais permite identificar as principais ideias e conceitos políticos que circulam nas páginas de um impresso e orientam a(s) concepção(ões) sobre a realidade sustentada pela publicação". Também, pelos editoriais serem escritos pelos principais editores/articulistas de um jornal e geralmente serem fruto de um debate prévio entre os chefes das principais editorias, o que torna esses textos uma produção de autoria coletiva, mas acima de tudo são "a forma como os proprietários e/ou os responsáveis por esta empresa desejam que ela seja vista no cenário público" (MARTINS, 2018, p. 70).

[8] Pela amostragem analisamos 15% do total das edições, o que equivale a 45 edições em cada jornal para cada ano de 1955 a 1960. Optamos por analisar as edições com um intervalo de sete dias entre uma edição e outra, o que possibilitou que as 45 edições ficassem o mais esparsas possível – dispersas em todos os

DOI 10.5335/hdtv.23n.3.15231

meses do ano, em diferentes dias do mês, em distintos dias da semana – para que realmente pudesse ser considerada uma amostra representativa do todo.

[9] Pelo critério qualitativo selecionamos oito eventos: 1) a reforma eleitoral brasileira que foi oficializada em 25/07/1955; 2) a "Revolução libertadora" que ocorreu na Argentina entre 16 a 23 de setembro de 1955; 3) a eleição presidencial brasileira ocorrida em 03/10/1955; 4) o Movimento "11 Novembro" de 1955; 5) a eleição presidencial argentina que ocorreu em 23/02/1958; 6) as eleições gerais brasileiras de 03/10/1958; 7) a "Revolução Cubana" desencadeada em 01/01/1959; e 8) a eleição presidencial brasileira de 03/10/1960. Então verificamos todas as edições dos quatro jornais, uma semana antes e uma semana depois de cada evento.

[10] Quando dizemos que no jornal há uma tomada explícita de posição estamos nos referindo às passagens em que o jornal faz autocitação ou a escrita está na primeira pessoa do plural, isto é, quando o jornal enfatiza que essa perspectiva seria sua.

[11] Grifos nossos. No restante do texto, quando houver destaque em negrito, foi grifo nosso.

[12] "O inquérito no Fundo Sindical e a candidatura Goulart", *O Globo*, 27 de julho de 1955, 1ºC, p. 1.

[13] Manifesto dos Coronéis, "documento também conhecido por Memorial dos coronéis, assinado por 42 coronéis e 39 tenentes-coronéis e dirigido em fevereiro de 1954 à alta hierarquia militar, em protesto contra a exiguidade dos recursos destinados ao Exército e a proposta governamental de elevação do salário mínimo em 100%. O manifesto teve grande repercussão e contribuiu decisivamente para a demissão dos então ministros da Guerra, general Ciro do Espírito Santo Cardoso, e do Trabalho, João Goulart" (LAMARÃO, 2010, s/p).

[14] "O inquérito no Fundo Sindical e a candidatura Goulart", *O Globo*, 27 de julho de 1955, 1ºC, p. 1.

[15] Napoleão de Alencastro Guimarães, foi revolucionário em 1930, senador pelo Distrito Federal de 1951 a 1954, ministro do Trabalho de 1954 a 1955 e novamente senador pelo Distrito Federal de 1955 a 1959.

[16] "O inquérito no Fundo Sindical e a candidatura Goulart", *O Globo*, 27 de julho de 1955, 1ºC, p. 1.

[17] "O inquérito no Fundo Sindical e a candidatura Goulart", *O Globo*, 27 de julho de 1955, 1ºC, p. 1.

[18] "O indesejável", *Correio da Manhã,* 20 de abril de 1955, 1ºC, p. 6.

[19] "O indesejável", *Correio da Manhã,* 20 de abril de 1955, 1ºC, p. 6.

[20] "O indesejável", *Correio da Manhã,* 20 de abril de 1955, 1ºC, p. 6.

[21] "Desliga-se o 'Correio' do sr. Kubitschek", *Correio da Manhã*, 28 de abril de 1955, 1ºC, p. 6.

[22] "Não é questão militar", *Correio da Manhã*, 08 de junho de 1955, 1ºC, p. 6.

[23] "Advertência ao agitador", *Correio da Manhã*, 16 de julho de 1955, p. 6.

[24] "Advertência ao agitador", *Correio da Manhã*, 16 de julho de 1955, p. 6.

[25] "O pão amargo do PTB", *O Globo*, 07 de abril de 1960, 1ºC, p. 1.

[26] "Com o dinheiro dos bancários", *O Globo*, 27 de setembro de 1960", 1ºC, p. 1.

[27] "O 'show' do Sr. Brizzola", *O Globo*, 06 de abril de 1959, 1ºC, p. 1.

[28] "Fim de um sonho", *Jornal do Brasil*, 12 de agosto de 1958, 1ºC, p. 3.

[29] "Neutralidade a favor", *Jornal do Brasil*, 24 de setembro de 1958, 1ºC, p. 3. As mesmas acusações são retomadas no editorial: "Brizzola volta da guerra", *Jornal do Brasil*, 12 de novembro de 1959, 1ºC, p. 3., incluindo-se, nesse caso, também o nome de Brizola.

[30] "Os candidatos à Vice-Presidência", *Jornal do Brasil*, 28 de setembro de 1960", 1ºC, p. 3

[31] "Os candidatos à Vice-Presidência", *Jornal do Brasil*, 28 de setembro de 1960", 1ºC, p. 3

[32] "A imprensa na colaboração com o governo", Jornal do Brasil, 15 de setembro de 1956, 1ºC, p. 5.

DOI 10.5335/hdtv.23n.3.15231

[33] "Democracia trabalhista", *Correio da Manhã*, 12 de outubro de 1960, 1ºC, p. 6.

[34] "As diretivas de Moscou executadas no Brasil", *O Globo*, 02 de julho de 1958, 1ºC, p. 1.; Temática também abordada em outros editoriais: "Símbolos da mediocridade reinante", *O Globo*, 10 de julho de 1958, 1ºC, p. 1.;

[35] "Os que foram traídos no acordo comuno-petebista", *O Globo*, 08 de outubro de 1958, 1ºC, p. 1.

[36] "Procurando absolvição", *Jornal do Brasil*, 25 de setembro de 1958, 1ºC, p. 3

[37] "Procurando absolvição", *Jornal do Brasil*, 25 de setembro de 1958, 1ºC, p. 3

[38] "Programa para o intervalo", *Correio da Manhã*, 25 de setembro de 1958, p. 6, 1ºC, EP; "Piratas na costa", *Correio da Manhã*, 26 de setembro de 1958, p. 6, 1ºC, EP; "Jogo miúdo", *Correio da Manhã*, 30 de setembro de 1958, 1ºC, p. 6

[39] "Jogo miúdo", *Correio da Manhã*, 30 de setembro de 1958, 1ºC, p. 6.

[40] "Advertência e abstenções", *Correio da Manhã*, 21 de setembro de 1958, 1ºC, p. 6.

[41] "Jango leva uma bandeira que os americanos precisam conhecer", *Última Hora*, 30 de abril de 1956, 1ºC, p. 4.

[42] "Alerta contra as provocações", *Última Hora*, 20 de julho de 1956, 1ºC, p. 4.

[43] "Três aspectos de relevo da conferência sindical", *Última Hora*, 03 de abril de 1958, 1ºC, p. 3, "Flash" do momento.

[44] "A crise do trabalhismo", *Última Hora*, 11 de fevereiro de 1957, 1ºC, p. 3, Coluna "Flashes" do momento.